

Atlas Lar do Sol Holding Ltda.

**Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2022**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais individuais e consolidados	6
Demonstrações do resultado individuais e consolidados	7
Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidados	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidados	9
Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400 - Parte, Chácara Santo Antônio,
CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Quotistas e Administradores da
Atlas Lar do Sol Holding Ltda.
Pirapora - MG**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Atlas Lar do Sol Holding Ltda. (Empresa), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Atlas Lar do Sol Holding Ltda. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Empresa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

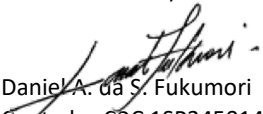
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 06 de março de 2023.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 "F" SP


Daniel A. da S. Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

Atlas Lar do Sol Holding Ltda.

Balancos patrimoniais individuais e consolidados
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

Ativos	Nota	Controladora		Consolidado		Passivos	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021			2022	2021	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	8	114	53.127	68.986	53.158	Fornecedores	13	1	2	15.894	461
Tributos a recuperar		9	5	695	11	Imposto de renda e contribuição social	18	-	214	-	214
Imposto de renda e contribuição social		410	1	412	1	Obrigações fiscais		2	-	1.720	4
Adiantamento a fornecedores	9	-	40	261	2.071	Obrigações trabalhistas		-	-	-	1
Despesas antecipadas		-	-	1.626	-	Financiamentos	14	-	-	7.570	-
Outras contas a receber		-	-	544	-	Outras contas a pagar	13	15	27	72	230
Total do ativo circulante		533	53.173	72.524	55.241	Total do passivo circulante		18	243	25.256	910
Aplicações financeiras vinculadas	10	-	-	12.492	-	Financiamentos	14	-	-	398.708	-
Investimentos	11	414.369	14.173	-	-	Total do passivo não circulante		-	-	398.708	-
Imobilizado	12	-	-	799.872	12.772	Patrimônio líquido	15				
Total do ativo não circulante		414.369	14.173	812.364	12.772	Capital social		421.433	74.065	421.433	74.065
						Prejuízos acumulados		(6.549)	(6.962)	(6.549)	(6.962)
						Total do patrimônio líquido		414.884	67.103	414.884	67.103
Total do ativo		414.902	67.346	884.888	68.013	Participação de não controladores		-	-	46.040	-
						Total do passivo e patrimônio líquido		414.902	67.346	884.888	68.013

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Atlas Lar do Sol Holding Ltda.

Demonstrações de resultados individuais e consolidados
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	16	(288)	(1.412)	(410)	(1.570)
Outras receitas/despesas operacionais		4	-	4	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(284)	(1.412)	(406)	(1.570)
Receitas financeiras	17	1.464	668	1.464	673
Despesas financeiras	17	(15)	(8)	(306)	(13)
Resultado financeiro líquido		1.449	660	1.158	660
Equivalência patrimonial	11	(379)	(158)	-	-
Resultado antes dos impostos		786	(910)	752	(910)
Imposto de renda e contribuição social corrente	18	(373)	(221)	(373)	(221)
Lucro líquido / (prejuízo) do exercício		413	(1.131)	379	(1.131)
Atribuíveis aos:					
Acionistas controladores		413	(1.131)	413	(1.131)
Acionistas não controladores		-	-	(34)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Atlas Lar do Sol Holding Ltda.

Demonstrações dos resultados abrangentes individuais e consolidados
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido / (prejuízo) do exercício	<u>413</u>	<u>(1.131)</u>	<u>379</u>	<u>(1.131)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>413</u>	<u>(1.131)</u>	<u>379</u>	<u>(1.131)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Atlas Lar do Sol Holding Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Prejuízos Acumulados	Total do patrimônio líquido	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		1.199	(56)	1.143	-	1.143
Integralização de capital	15.a	72.866	-	72.866	-	72.866
Transferência de investimentos	15.b	-	(5.775)	(5.775)	-	(5.775)
Prejuízo do exercício		-	(1.131)	(1.131)	-	(1.131)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		74.065	(6.962)	67.103	-	67.103
Integralização de capital	15.a	347.368	-	347.368	46.074	393.442
Lucro líquido do exercício		-	413	413	(34)	379
Saldos em 31 de dezembro de 2022		421.433	(6.549)	414.884	46.040	460.924

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Atlas Lar do Sol Holding Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado do exercício antes do imposto de renda e contribuição social		786	(910)	786	(910)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com os recursos das atividades operacionais:					
Baixa de imobilizado	12	-	-	544	-
Participação dos não controladores		-	-	46.040	-
Resultado de equivalência patrimonial	11	379	158	-	-
Resultado ajustado		1.165	(752)	47.370	(910)
Redução (aumento) nos ativos operacionais:					
Impostos de renda a recuperar		(413)	(5)	(411)	(12)
Impostos a recuperar		-	-	(683)	-
Adiantamento a fornecedores		40	(40)	1.810	4.810
Despesas antecipadas		-	-	(1.626)	-
Outras contas a receber		-	-	(544)	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		(1)	(1.875)	44.345	162
Obrigações fiscais		2	-	1.716	4
Outras contas a pagar		(8)	3	(159)	71
Caixa líquido gerado pelas / (aplicado nas) atividades operacionais		785	(2.669)	91.818	4.125
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(587)	(7)	(587)	(1)
Caixa líquido gerado pelas / (aplicado nas) atividades operacionais		198	(2.676)	91.231	4.124
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Venda de participação societária	1.2	39.229	-	-	-
Aumento de capital em investidas	11	(439.808)	-	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	10	-	-	(12.492)	-
Aquisição ao ativo imobilizado	12	-	-	(463.024)	(6.880)
Caixa líquido aplicado nas atividade de investimento		(400.579)	-	(475.516)	(6.880)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento					
Captação de financiamentos	14	-	-	406.983	-
Custo de captação de financiamentos	14	-	-	(6.870)	-
Caixa inicial proveniente da controladora	22	-	-	-	38
Caixa proveniente da transferência de investimentos	22	-	-	-	111
Integralização de capital	15.a	347.368	55.765	-	55.765
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		347.368	55.765	400.113	55.914
(Redução) / aumento líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa		(53.013)	53.089	15.828	53.158
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	53.127	38	53.158	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8	114	53.127	68.986	53.158
		(53.013)	53.089	15.828	53.158

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1 Contexto operacional

A Atlas Lar do Sol Holding Ltda, antiga Central Fotovoltaica Casablanca I Ltda, (“Empresa”) é uma “Holding”, constituída na forma de capital limitado domiciliada no Brasil, com sede na Cidade de Pirapora, Estado de Minas Gerais, na Altura do KM 3,25 da MG-496, distrito Várzea de Palma, CEP 39.270-00. Sua controladora é a Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A.

Conforme nota explicativa nº 1.2, em 2021, a Empresa passou por processo de reorganização societária e atualmente possui os investimentos nas controladas Diretas Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol I S.A., Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol II S.A. e Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol III S.A. As movimentações dos investimentos em controladas podem ser observadas na Nota Explicativa nº 11.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas abrangem a Empresa e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como ‘Empresa’ ou Grupo). A Empresa está envolvida primariamente na geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica e encontra-se em 31 de dezembro de 2022 em fase pré-operacional.

As controladas que compõem o projeto Lar do Sol, possuem um contrato de venda de energia incentivada que prevê o fornecimento total anual de 429 GWh para atender prioritariamente a Unipar Carbocloro S.A., durante o prazo de 18 anos, iniciando em 1º de janeiro de 2024 até 31 de dezembro de 2042. Considerando que as controladas da Companhia estarão em operação comercial no início de 2023, a controladora Atlas Lar do Sol Holding, firmou um contrato de venda de energia no mercado livre com duração até 31 de dezembro de 2023, o qual irá comprometer a totalidade da geração realizada do projeto.

A Empresa não possui garantia física definida pelo Ministério de Minas e Energia, no entanto, segue o Art. 6º da portaria 60/2020, e não realiza operações de venda de energia que superem o volume histórico de geração das controladas.

1.1 Autorizações para exploração

As Controladas receberam autorização para geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica, conforme apresentado no quadro abaixo.

A tabela a seguir resume as características de cada controlada:

<i>Usina</i>	<i>Período da autorização</i>	<i>Potência (MW)</i>	<i>Início de operação comercial (i)</i>	<i>Status</i>	<i>Ambiente Contratação</i>	<i>Estado</i>
UFV LAR DO SOL I	09/04/2019 a 09/03/2054	99,00	2023	Em construção	ACL	MG
UFV LAR DO SOL II	09/04/2019 a 09/03/2054	99,00	2023	Em construção	ACL	MG
UFV LAR DO SOL III	09/04/2019 a 09/03/2054	99,00	2023	Em construção	ACL	MG

- (i) As Controladas terão suas operações dedicadas ao suprimento dos contratos de venda de energia firmados diretamente com sua controladora, com o início a partir 01 de janeiro de 2024 para suprir os contratos de venda firmados, pela controladora, bilateralmente no ambiente de contratação livre.

A operações de produção de energia têm seu início programado para antes de 1º de janeiro de 2024. Para o ano de 2023 as controladas fornecerão energia através de contratos bilaterais firmados no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

1.2 Reorganização societária

(a) Alienação de participações societárias

Em 09 de agosto de 2022, a Empresa firmou contrato de compra e vendas de ações das investidas Lar do Sol I, Lar do Sol II e Lar do Sol III com a Unipar Carbocloro S.A., no qual realizou a venda de 10% das ações destes investimentos, passando a Empresa deter 90% das ações das controladas. A precificação ocorreu com base nos saldos líquidos de imobilizado, caixa e endividamento. Abaixo, são apresentados os valores resultantes da alienação e tais investimentos:

Controladas	Base de precificação em 31/07/2022	% sobre a precificação da base	Valor de alienação de investimentos a receber
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol I S.A	154.654	10%	15.465
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol II S.A	119.642	10%	11.964
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol III S.A	117.989	10%	11.799
	392.285	10%	39.229

A base de precificação de aquisição das empresas ocorreu com base nos valores de livros na data base 31/07/2022:

Empresa	Capex (não auditado)	Caixa (não auditado)	(-) Endividamento (não auditado)	Valor Total (não auditado)
Lar do Sol I	248.421	3.504	(97.271)	154.654
Lar do Sol II	148.013	2.336	(30.707)	119.642
Lar do Sol III	143.568	16.253	(41.832)	117.995
	540.002	22.092	(169.810)	392.229

(b) Transferência de participações societárias

Conforme alteração contratual ocorrida em 28 de fevereiro de 2021 a Controladora Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A., realizou a transferência do controle indireto das SPEs Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol I S.A., Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol II S.A. e Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol III S.A. Em decorrência da transferência de investimentos a Empresa absorveu o prejuízos acumulados no montante de R\$ 5.775. Os saldos objeto da transferência de controle estão demonstrados na nota explicativa nº 11.

	Saldos transferidos
Ativo	28/02/2021
Caixa e equivalentes de caixa	111
Adiantamento a fornecedores	1
Total do ativo	112
Passivo	28/02/2021
Fornecedores	204
Outras contas a pagar	135
Total do passivo	339
Patrimônio líquido transferido	
Capital social	5.548
Prejuízos acumulados	(5.775)
Patrimônio líquido	(227)

2 Relação de entidades controladas

Segue abaixo lista das controladas da Empresa:

Controladas	País	Participação acionária			
		2022		2021	
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol I S.A	Brasil	Direta	90%	100%	Direta
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol II S.A	Brasil	Direta	90%	100%	Direta
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol III S.A	Brasil	Direta	90%	100%	Direta

Em 09 de agosto de 2022 a Empresa, firmou contrato de compra e vendas de ações das investidas Lar do Sol I, Lar do Sol II e Lar do Sol III com a Unipar Carbocloro S.A., no qual realizou a venda de 10% das ações destes investimentos, passando a Empresa a deter 90% das ações das controladas, conforme descrito na nota explicativa nº 15.c.

3 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards – IFRS* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foi autorizada pela Diretoria em 06 de março de 2023.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Empresa é o Real, e essas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Vida útil dos ativos tangíveis – nota explicativa nº 12:** Refere-se a ativos de imobilizados em andamento, assim que o ativo atingir o estágio de conclusão previsto pela Administração, a depreciação será feita pelo método linear, com base nas taxas anuais. A vida útil dos ativos será determinada pela Administração com base na estimativa de tempo de geração de recurso que tal ativo espera prover;
- **Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment) – nota explicativa nº 12:** Análise de eventos que possam indicar a perda do valor recuperável dos ativos reconhecidos até 31 de dezembro de 2022.
- **Instrumentos financeiros – nota explicativa nº 20:** Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo.

6 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira

consistente em todos os períodos apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) Base de consolidação

(i) Controladas

A Empresa controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Empresa a partir da data em que obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Empresa desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Empresa retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iii) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Empresa em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas.

(iv) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Empresa na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Empresa pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

c) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Empresa compreendem:

- receita de juros;
- despesa de juros; e
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

d) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas as alíquotas de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflète as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

e) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de financiamentos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Empresa.

(iii) Depreciação

A Empresa não possui despesas de depreciação, tendo em vista que as Controladas se encontram em fase pré-operacional.

O imobilizado em andamento registrado pela Empresa corresponde aos gastos ocorridos até o momento para a obtenção de licenças, aquisição de equipamentos e contratação de serviço para a construção das usinas fotovoltaicas das controladas Lar do Sol. Neste período de construção estes gastos ativados estão sujeitos apenas as eventuais reduções por perda do valor recuperável (*impairment*), caso sejam detectadas evidências substâncias de perda. A depreciação destes ativos

iniciará assim que terminar o período de construção e os ativos estiverem nas condições pretendidas pela Administração.

A depreciação será reconhecida no resultado, quando da entrada em operação. Dado a limitação legal imposta pelo prazo de autorização, os ativos são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo de autorização, conforme nota explicativa nº 1.1.

A vida útil estimada da usina fotovoltaica, assim que concluída, será de 30 anos, limitada ao prazo de autorização.

f) Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Todos os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao custo amortizado, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado:

- ao custo amortizado; ou
- ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado);
- ao VJORA (Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros
- para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos
- somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos

requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros VJR a Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e

custo amortizado perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

g) Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

- A Empresa considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Empresa, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).
- O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Empresa está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Empresa de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Empresa avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Empresa não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Empresa para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor Grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou Grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou Grupo de UGCs) de forma pro rata.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

l) Provisões

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

m) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Empresa tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Empresa.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Empresa requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Empresa mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Empresa utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Empresa mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Empresa determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

7 Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023, aos quais a Empresa não espera impactos significativos.

A Empresa não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao IAS 1 e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024.

Devido esta norma estar sujeita a desenvolvimentos futuros, a Empresa não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no período de aplicação inicial.

A Empresa monitora os desenvolvimentos futuros.

b) Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa:

- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação

- (alterações ao CPC 32 e IAS 12)
- IFRS 17 Contratos de Seguros.
 - Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).
 - Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

8 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Depósitos à vista (a)	36	72	81	103
Aplicações financeiras (b)	78	53.055	68.905	53.055
Total	114	53.127	68.986	53.158

- (a) Inclui depósitos bancários disponíveis, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.
- (b) As aplicações financeiras referem-se a certificado de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação do CDI em média de 98% (95,25% em 31 de dezembro de 2021), não excedendo os seus respectivos valores de mercado.

9 Adiantamento a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Seguros (a)	-	-	-	2.031
Adiantamento a fornecedores nacionais (b)	-	40	261	40
Total	-	40	261	2.071

- (a) Referem-se a despesas com seguros pagas antecipadamente.
- (b) Refere-se a saldos de adiantamentos a fornecedores prestadores de serviços técnicos, como contabilidade, consultoria e demais serviços que não ligados a construção do parque.

10 Aplicações financeiras vinculadas

	Consolidado	
	2022	2021
Aplicações financeiras vinculadas	12.492	-
	12.492	-

Os valores em 31 de dezembro de 2022 são relativos ao contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) pertencentes às controladas Lar do Sol I, Lar do Sol II e Lar do Sol III. Conforme contratos, as controladas têm a obrigação de manter em caução 2,5% do valor da dívida. Os valores são mantidos como caixa restrito e estarão disponíveis para utilização a longo prazo, conforme realização dos pagamentos.

11 Investimentos

Composição do investimento	Part.%	Patrimônio líquido	Prejuízo do exercício (i)	Resultado de equivalência patrimonial (i)	2022
<i>Investimentos em controladas</i>					
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol I S.A.	90%	191.518	(165)	(152)	191.518
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol II S.A.	90%	116.762	(115)	(106)	116.762
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol III S.A.	90%	106.089	(132)	(121)	106.089
Total		<u>414.369</u>	<u>(412)</u>	<u>(379)</u>	<u>414.369</u>

Composição do investimento	Part.%	Patrimônio líquido	Prejuízo do exercício	Resultado de equivalência patrimonial	2021
<i>Investimentos em controladas</i>					
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol I S.A.	100%	6.516	(89)	(57)	6.516
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol II S.A.	100%	3.843	(82)	(51)	3.843
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol III S.A.	100%	3.814	(82)	(50)	3.814
Total		<u>14.173</u>	<u>(253)</u>	<u>(158)</u>	<u>14.173</u>

- (i) Em 09 de agosto de 2022 a Empresa, firmou contrato de compra e vendas de ações das investidas Lar do Sol I, Lar do Sol II e Lar do Sol III com a Unipar Carbocloro S.A., no qual realizou a venda de 10% das ações destes investimentos, passando a Empresa a deter 90% das ações das controladas, conforme descrito na nota explicativa nº 15.c

Em 28 de fevereiro de 2021 por meio da 7ª alteração do contrato social, a controladora direta Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A., transferiu à Empresa o controle do investimento na Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol I, Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol II e Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol III, mediante a integralização de capital. O detalhamento da transação está demonstrado na nota explicativa nº 15.b e 22.

Em decorrência da transferência de investimentos a Empresa absorveu os prejuízos acumulados no montante de R\$ 5.775, conforme demonstrado na nota explicativa nº 1.2.

A movimentação dos investimentos em controladas, apresentados nas Demonstrações financeiras individuais e consolidadas, é como segue:

Atlas Lar do Sol Holding Ltda.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em fase pré-operacional

Composição do investimento	Part.%	31/12/2021	Venda de participação societária (i)	Aumento de capital	Resultado de equivalência patrimonial	31/12/2022	Resultado de equivalência de não controladores (iv)
<i>Investimentos em controladas</i>							
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol I S.A.	90%	6.516	(15.471)	200.625	(152)	191.518	(13)
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol II S.A.	90%	3.843	(11.964)	124.989	(106)	116.762	(9)
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol III S.A.	90%	3.814	(11.798)	114.194	(121)	106.089	(12)
Total		14.173	(39.233)	439.808	(379)	414.369	(34)

Composição do investimento	Part.%	31/12/2020	Reorganização societária (ii)	Aumento de capital	Equivalência patrimonial a partir de 01/03/2021	31/12/2021
<i>Investimentos em controladas</i>						
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol I S.A.	100%	-	(85)	6.658	(57)	6.516
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol II S.A.	100%	-	(71)	3.965	(51)	3.843
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol III S.A.	100%	-	(71)	3.935	(50)	3.814
Total		-	(227)	14.558	(158)	14.173

(i) Refere-se à venda de ações das controladas conforme descrito na nota explicativa nº 15.c.

(ii) Transferência de investimento da Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A. para a Empresa em 28 de fevereiro de 2021.

A seguir resumo das controladas da Empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

31/12/2022	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Prejuízo do exercício
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol I S.A.	424.431	211.632	212.799	(165)
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol II S.A.	235.518	105.780	129.738	(115)
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol III S.A.	224.429	106.552	117.877	(132)
Total dos investimentos	884.378	423.964	460.414	(412)
31/12/2021	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Prejuízo do exercício
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol I S.A.	6.765	248	6.517	(89)
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol II S.A.	4.054	209	3.845	(82)
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol III S.A.	4.022	207	3.815	(82)
Total dos investimentos	14.841	664	14.177	(253)

12 Imobilizado

Conciliação do valor contábil

Custo de aquisição:	Consolidado							
	31/12/2020	Adição	Transferência (b)	31/12/2021	Adição (a)	Juros e custos capitalizados (c)	Baixa (d)	31/12/2022
Adiantamento a fornecedores	-	6.880	-	6.880	46.205	-	-	53.085
Imobilizado em andamento	-	4.754	1.138	5.892	739.312	2.127	(544)	746.787
Total do imobilizado	-	11.634	1.138	12.772	785.517	2.127	(544)	799.872

- (a) As aquisições referem-se a serviços e materiais oriundos da construção da usina fotovoltaica.
- (b) Em decorrência do processo de reorganização societária, a Empresa transferiu seu ativo em andamento, sem efeito caixa para as controladas da Empresa, conforme detalhado na nota explicativa nº 15.b.
- (c) Juros e custo de captação sobre financiamentos capitalizados ao ativo imobilizado, líquidos da receita de juros de aplicação financeira advindos da obtenção do financiamento. Adicionalmente o movimento apresentado está líquido do rendimento de aplicação financeira proveniente do financiamento recebido e mantido em caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas, conforme notas explicativas nº 8 e 10. O detalhamento dos movimentos de financiamento está demonstrado na nota explicativa nº 14.
- (d) Baixa realizada em função de danos ocorridos em equipamentos.

Conforme previsto na política contábil de imobilizado constante na nota explicativa nº 6.e, a Empresa não reconheceu em 31 de dezembro de 2022 despesas com depreciação, tendo em vista que as controladas se encontram em fase pré-operacional e o ativo está em andamento, ou seja, não se encontra nas condições pretendidas pela Empresa.

A Empresa e suas controladas avaliaram que até 31 de dezembro de 2022 não existiam evidências de perda do valor recuperável de seu imobilizado em andamento.

13 Fornecedores e outras contas a pagar

O saldo de fornecedores e contas a pagar é representado por obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Contratação de serviços (a)	1	2	15.893	461
Fornecedores partes relacionadas (b)	-	-	1	-
Total de fornecedores	1	2	15.894	461
Outras provisões	15	27	72	230
Total de outras contas a pagar	15	27	72	230
Total de fornecedores e outras contas a pagar	16	29	15.966	691

- (a) Os saldos de serviços a pagar referem-se às contratações necessárias para o processo de construção do parque fotovoltaico.
- (b) Conforme nota explicativa nº 19.

A informação sobre a exposição da Empresa aos riscos de moeda e de liquidez relacionados a fornecedores e outras contas a pagar encontram-se divulgados na nota explicativa nº 20.

14 Financiamentos

	Consolidado
As movimentações dos financiamentos aconteceram da seguinte forma:	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-
Financiamentos tomados (principal)	406.983
Juros incorridos no período	5.997
Amortização do custo de captação	168
Custo de captação	(6.870)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	406.278
Circulante	7.570
Não Circulante	398.708

a. Termos e cronograma de amortização da dívida

	<u>Taxa de juros</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Financiamentos	IPCA(*) + 3,15 % a.a.	Nov/45	<u>406.278</u>	-
			<u>406.278</u>	-
Circulante			7.570	-
Não circulante			398.708	-

Os financiamentos mantidos pelas controladas da Empresa, foram celebrados em 22 de outubro de 2021, e tiveram as primeiras liberações no montante de R\$ 406.983 nos meses de junho, agosto e setembro de 2022, com o banco BNB (Banco do Nordeste do Brasil S.A.), e são exclusivamente para a aquisição de equipamentos e serviços para construção das plantas fotovoltaicas. O prazo de financiamento é de 24 anos, tendo último vencimento em 15 de novembro de 2045, com carência de 2 anos para o principal e pagamento mensal de juros, calculados através da taxa de 3,15% a.a. + IPCA.

Os montantes das parcelas do não circulante são compostos por ano de vencimento conforme demonstrado abaixo:

<u>Vencimento em:</u>	<u>2022</u>
2024 (a)	21.172
2025	8.349
2026	9.598
2027	10.925
2028 até 2045	348.664
	<u>398.708</u>

(a) Em 2024 se espera uma maior saída de caixa em função do término do período de carência

As controladas da Empresa possuem um bônus de adimplência de 15% caso realize os pagamentos conforme os vencimentos, sem atrasos. Os financiamentos bancários estão garantidos pelos contratos de venda de energia, emissão de cartas de fianças e garantia dos sócios, conforme no item “b” a seguir.

O contrato estabelece cláusulas restritivas (*covenants*) cujo eventual descumprimento pode acarretar vencimento antecipado da dívida. Os *covenants* são condições restritivas que visam dar garantia ao credor sobre a manutenção de determinados indicadores. No caso da dívida captada junto ao BNB, os principais *covenants* são:

- Cumprir rigorosamente a legislação ambiental;
- Comprovar perante o BNB a correta aplicação dos recursos captados; e

- Manter, por todo período do financiamento, a autorização de operação da usina fotovoltaica, bem como cumprir com os requerimentos firmados no contrato com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Todas as cláusulas restritivas (*covenants*) inerentes ao contrato de financiamentos requeridas são acompanhadas pela Administração da Empresa.

Garantias prestadas

O financiamento celebrado com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“BNB”), tem como fiador o Banco BTG Pactual. O Fiador emitiu cartas de fiança em favor do BNB, a fim de garantir o cumprimento das obrigações assumidas pela Empresa.

A título de conta garantia em favor dos Fiadores, as obrigações das controladas da Empresa foram asseguradas pelas seguintes garantias:

- garantia fidejussória prestada por Lar do Sol Holding e Atlas Brasil Holding 2;
- alienação fiduciária de quotas da Empresa, de titularidade dos sócios;
- alienação fiduciária dos equipamentos de titularidade da Empresa;
- cessão fiduciária dos direitos creditórios advindos do Projeto de titularidade da Empresa e das contas relacionadas ao Projeto;
- compromisso de aporte de capital na Empresa, pelos sócios;
- solidariedade entre as SPEs;
- cessão gratuita do direito de superfície;
- fiança bancária vigente até a comprovação do Aporte Total.

15 Patrimônio líquido

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social subscrito da Empresa é de R\$ 74.065, representado por 4.367.533.952 quotas, nominativas e sem valor nominal. O Capital social integralizado é de R\$ 421.433 (R\$74.065 em 31 de dezembro de 2021).

A Empresa possuía em 31 de dezembro de 2022 capital social a subscrever no montante de R\$ 347.368 (R\$0 em 31 de dezembro de 2021).

Ao longo de 2022 a Controladora Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A. integralizou o montante de R\$347.368. Os saldos integralizados ocorreram mediante transferência bancárias.

Conforme a 6ª alteração contratual de 23 de março de 2021, foi aprovado aumento de capital social no montante de R\$ 72.866, sendo que a integralização ocorreu por meio de saldos em aberto com a controladora Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A. conforme nota explicativa nº 22.

b) Transferência de investimentos

Em 28 de fevereiro de 2021, a controladora Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A., realizou a transferência de suas controladas Lar do Sol I, Lar do Sol II e Lar do Sol III, com isso foi incorporado saldo negativo das controladas, decorrente do patrimônio líquido a descoberto, no montante de R\$ 227, conforme nota explicativa nº 11. Adicionalmente, em função da reorganização societária, foi realizada a transferência de ativo imobilizado para as controladas,

no montante de R\$ 1.137, conforme detalhado na nota explicativa nº 11. Os detalhes da movimentação das transações de capital, que somam R\$ 1.364 estão demonstrados na nota explicativa nº 22.

c) Participação dos não controladores

Em 09 de agosto de 2022 a Empresa, firmou contrato de compra e vendas de ações das investidas Lar do Sol I, Lar do Sol II e Lar do Sol III com a Unipar Carbocloro S.A., no qual realizou a venda de 10% das ações destes investimentos, passando a Empresa a deter 90% das ações das controladas, conforme descrito na nota explicativa nº 2.

16 Despesas gerais administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Despesas gerais e administrativas				
Contabilidade e auditoria	(35)	(55)	(154)	(201)
Assessoria e advogados (a)	(155)	(1.283)	(155)	(1.285)
Serviços técnicos	(31)	(1)	(11)	(5)
Impostos e taxas	(67)	(2)	(89)	(6)
Outros	-	(71)	(1)	(73)
Total	(288)	(1.412)	(410)	(1.570)

- (a) Em função do estágio de pré-operação, a Empresa teve gastos maiores com assessoria jurídica para fomentação de negócios e estruturação de sua operação no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (não capitalizáveis).

17 Receitas financeiras e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receita financeira				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.464	668	1.464	673
	1.464	668	1.464	673
Despesa financeira				
Despesas de juros	-	(7)	-	(7)
Carta de crédito	(13)	-	(13)	-
Despesas bancárias	(2)	(1)	(293)	(6)
	(15)	(8)	(306)	(13)
Resultado financeiro, líquido	1.449	660	1.158	660

18 Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2022 o montante a pagar de imposto de renda e contribuição social é de R\$0 (R\$ 214 em 31 de dezembro de 2021). Em 2022 a empresa apurou os referidos tributos

com base no lucro real estimativa mensal e em 2021 com base no lucro presumido. A conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas debitada em resultado é demonstrada como segue:

Apuração de IRPJ e CSLL – Lucro real estimativa mensal	
	2022
Resultado antes do IRPJ e CSLL	786
Diferenças temporárias	381
Base de cálculo de IRPJ	1.167
Imposto de renda a alíquota de 15% (a)	(175)
Base de cálculo de adicional de IRPJ após compensação de parcela não tributável	927
Adicional de imposto de renda a alíquota de 10% (b)	(93)
Total IRPJ (a) + (b) = (c)	(268)
Base de cálculo da CSLL	1.167
Contribuição social a alíquota de 9% (a)	(105)
Despesa com imposto de renda e contribuição social (c)	(373)

Apuração de IRPJ e CSLL – Lucro presumido	
	2021
Receitas financeiras (a)	668
Base de cálculo do IRPJ	668
Imposto de renda a alíquota de 15%	(100)
Adicional de imposto de renda a alíquota de 10%	(61)
Dedução de parcela não tributável do adicional de 10%	
Total IRPJ	(161)
Base de cálculo da CSLL	668
Contribuição social a alíquota de 9%	(60)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(221)

(a) Referem-se a receitas financeiras reconhecidas e sacadas no exercício.

19 Partes relacionadas

a. Controladora e controladora final

A controladora é a Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A. e o controlador final é a sociedade Global Infrastructure Management LLC.

b. Operações com pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração refere-se aos diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, por seus serviços, representada por salários e outros benefícios de curto prazo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 foi realizada pela Atlas Brasil Energia Holding 3 e 2021 pela Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A.

<u>Consolidado</u>	<u>Contas a receber</u>		<u>Contas a Pagar</u>	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<u>Operações partes relacionadas – Nacional</u>				
Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A.	-	-	1	-
Total	-	-	1	-

20 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Nota	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
		<u>2022 – Valor contábil</u>		<u>2022 – Valor contábil</u>	
		<u>Valor justo através do resultado</u>	<u>Custo Amortizado</u>	<u>Valor justo através do resultado</u>	<u>Custo Amortizado</u>
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	8	78	36	68.905	81
Aplicações financeiras vinculadas	10	-	-	12.492	-
Outras contas a receber		-	-	544	544
Total		78	36	81.397	625
Passivos					
Fornecedores	13	-	1	-	15.894
Financiamentos	14	-	-	-	406.278
Outras contas a pagar	13	-	15	-	72
Total		-	16	-	422.244

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021 – Valor contábil		2021 – Valor contábil	
		Valor justo através do resultado	Custo Amortizado	Valor justo através do resultado	Custo Amortizado
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	8	53.055	72	53.055	103
Total		53.055	72	53.055	103
Passivos					
Fornecedores	13	-	2	-	461
Outras contas a pagar	13	-	27	-	230
Total		-	29	-	691

	Nível hierárquico do valor justo	Controladora		Consolidado	
		2022 – Valor contábil		2022 – Valor contábil	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	114	114	68.986	68.986
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	-	-	12.492	12.492
Outras contas a receber	Nível 2	-	-	544	544
Total		114	114	82.022	82.022
Passivos					
Fornecedores	Nível 2	1	1	15.894	15.894
Financiamentos	Nível 2	-	-	406.278	406.278
Outras contas a pagar	Nível 2	15	15	72	72
Total		16	16	422.244	422.244

	Nível hierárquico do valor justo	Controladora		Consolidado	
		2021 – Valor contábil		2021 – Valor contábil	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo

Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	53.127	53.127	53.158	53.158
Total		53.127	53.127	53.158	53.158
Passivos					
Fornecedores	Nível 2	2	2	461	461
Outras contas a pagar	Nível 2	27	27	230	230
Total		29	29	691	691

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo financeiro, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e
- **Nível 3** - *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A tabela abaixo apresenta a técnica de valorização utilizada na mensuração dos valores justos de Nível 2 para instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial, assim como *inputs* não observáveis significativos utilizados:

<u>Tipo</u>	<u>Técnica de avaliação</u>	<u>Inputs significativos não observáveis</u>
Outros passivos financeiros	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente dos pagamentos esperados, descontado por uma taxa ajustada de risco	Não aplicável

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre nível 1, 2 tampouco com o nível 3.

Gerenciamento de risco financeiro

A Empresa possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco cambial e
- Risco de taxa de juros

Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Empresa são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Empresa está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e

para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades a Empresa. A Empresa por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

i. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Empresa incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Por encontrar-se em fase pré-operacional a Empresa não apresenta exposição a tal risco.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	114	53.127	68.986	53.158
Aplicações financeiras vinculadas	-	-	12.492	-
Total	114	53.127	81.478	53.158

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

ii. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Empresa irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Empresa.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais.

31 de dezembro de 2022		Consolidado				
		Fluxos de caixa contratuais				
Valor contábil	Total	2 ano ou menos	3 - 5 anos	5 - 10 Anos	Mais que 10 anos	
Passivos financeiros						
Fornecedores e outras contas a pagar	15.966	15.966	15.966	-	-	-
Financiamentos	406.278	775.420	4.834	153.607	184.367	432.612
	422.244	791.386	20.800	153.607	184.367	432.612

31 de dezembro de 2021		Consolidado				
		Fluxos de caixa contratuais				

	Valor Contábil	Total	1 ano ou menos	2 - 5 anos	6 - 10 Anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros						
Fornecedores e outras contas a pagar	691	691	691	-	-	-
	691	691	691	-	-	-

iii. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Empresa ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

iv. Risco cambial

A Empresa realizou operações usuais de compras no decurso de suas operações, porém em 31 de dezembro de 2022 a Empresa não possui saldos passivos em moeda estrangeira, logo não está sujeita ao risco cambial.

v. Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Empresa sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Em relação aos ativos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Empresa centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI em certificado de depósito bancário. Na data do balanço, o perfil de taxa de juros da Empresa é em aplicações financeiras com taxa pós-fixada.

E em relação aos passivos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Empresa possui financiamento em operações com taxas que acompanham o índice inflacionário do Brasil e o índice de atualização dos contratos de venda de energia.

Análise de sensibilidade

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumento Financeiros Evidenciação / IFRS 7 – *Financial Instruments: Disclosures*, a Empresa efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Empresa em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros da Empresa e suas controladas que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Empresa e suas controladas, baseado fundamentalmente em premissas

macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, com 25% e 50% de aumento do risco.

Variação das taxas de juros e índices	Variação 31/12/2022	Cenário provável 31/12/2023	Sensibilidade		
			Provável	Δ + (-) 25%	Δ + (-) 50%
Risco de aumento da taxa de juros e índices IPCA (a) (i)	5,79%	5,31%	5,31%	6,64%	7,97%
Risco de redução da taxa de juros e índices CDI (b)	12,39%	12,37%	12,37%	15,46%	18,56%

Risco de aumento (passivo)	Índice	Saldos em 31/12/2022	Sensibilidade				
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%	∇ - 25%	∇ - 50%
Financiamentos	IPCA	(406.278)	(21.573)	(26.967)	(32.360)	(16.180)	(10.787)
Total		<u>(406.278)</u>	<u>(21.573)</u>	<u>(26.967)</u>	<u>(32.360)</u>	<u>(16.180)</u>	<u>(10.787)</u>
Risco de redução (ativo)							
Aplicações financeiras	CDI	<u>81.397</u>	<u>10.069</u>	<u>12.586</u>	<u>15.103</u>	<u>7.552</u>	<u>9.440</u>

(a) *Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo – Boletim Focus*

(b) *Certificado de Depósito Interbancário – Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo*

(i) A Companhia possui taxa de juros de financiamentos pré-fixados e pós fixados. A variação das taxas de juros e índices do quadro acima apresentam apenas variação do itens pós fixados.

21 Contingências

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Empresa não possui contingências passivas com avaliação de risco de perda classificada como provável ou possível.

22 Informações complementares ao fluxos de caixa

Transações que não envolvem caixa:

	Nota	Controladora	Consolidado
		2022	2022
Juros sobre financiamentos incorridos	12	-	5.997
Custos de captação incorridos	12	-	168
Fornecedores	13	-	(31.040)
Aquisição ao ativo imobilizado	10	-	(322.493)
Efeito líquido no fluxo de caixa		<u>-</u>	<u>-</u>
		Controladora	Consolidado
		2021	2021
Aportes realizados em investidas	11	(14.558)	
Integralização de capital social	15	17.101	17.101

Fornecedores	13	1.782	-
Baixa de ativo imobilizado	12	86	-
Adiantamento a fornecedores	9	-	(6.880)
Aquisição de ativo imobilizado	12	-	(4.754)
Transferência das controladas – Lar do Sol I, II e III			
Transferência de ativo imobilizado	12	1.137	1.137
Absorção do passivo a descoberto	11	227	-
Absorção do prejuízo acumulado	1.3(b)	(5.775)	(4.411)
Adiantamento a fornecedores		-	1
Fornecedores		-	(204)
Outras conta a pagar		-	(135)
Passivos a descoberto		-	227
Patrimônio Líquido		-	81
Caixa proveniente da transferência		-	111
Central Fotovoltaica CasaBlanca I Ltda. - Saldo de abertura do consolidado			
Imposto de renda a recuperar		-	1
Fornecedores		-	(95)
Outras contas a pagar		-	(24)
Imobilizado		-	1.223
Patrimônio líquido		-	(1.143)
Caixa inicial		-	38

23 Compromissos futuros

A seguir são divulgados os principais compromissos da Empresa para os anos subsequentes.

	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2026</u>	<u>2027 a 2037</u>	<u>Total</u>
TUST (a)	(12.293)	(12.796)	(13.229)	(13.613)	(180.590)	(232.521)
Contratos de (O&M) (b)	(2.473)	(2.225)	(2.534)	(2.669)	(39.490)	(49.391)
Seguros e garantia (c)	(896)	(930)	(869)	(895)	(10.661)	(14.251)
Arrendamento (d)	(421)	(1.506)	(1.564)	(1.611)	(21.400)	(26.502)
Outros (e)	(3.643)	(2.936)	(3.059)	(3.163)	(42.713)	(55.514)
Total	(19.726)	(20.393)	(21.255)	(21.951)	(294.854)	(378.179)

a) Encargos devido ao uso do sistema de transmissão (CUST/TUSD)

Durante toda a operação dos projetos, o Grupo irá incorrer com gastos referentes aos encargos por uso do sistema de transmissão, objeto dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) para empreendimentos conectados na rede de transmissão.

Para o ano de 2023 os encargos foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2023/2024 (julho/22 a junho/23) para projetos conectados na rede de transmissão, sem a utilização de correção/reajuste nas tarifas para os meses.

Para os anos a partir de 2023 os encargos também foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2022/2023.

b) Contratos de Operação e Manutenção (O&M)

O Grupo possui contratos com fornecedores para manutenção das plantas fotovoltaicas.

c) Seguros e garantias

O Grupo possui contratos de seguros e garantias para manutenção e asseguaração das plantas fotovoltaicas.

d) Arrendamentos

O Grupo possui contratos de arrendamento dos terrenos pertinentes a utilização para instalação do parque fotovoltaico.

e) Outros

O Grupo possui outros contratos que possivelmente incorrerão em despesas futuras, como, despesas intercompany, serviços profissionais, despesas bancárias, responsabilidade social e custos e despesas ambientais.

24 Eventos subsequentes

Em janeiro de 2023, a Empresa iniciou a operação de venda de energia para atender ao contrato firmado em 16 de julho de 2021 no ambiente de mercado livre (ACL), com duração até 31 de dezembro de 2023. A energia para o suprimento para o 1º trimestre do contrato, será adquirida no mercado livre. Posteriormente o contrato será suprido pela geração das controladas da Empresa.

Luiz Maia Gutierrez Ballester
Diretor
CPF: 832.797.505-63

Julio Roberto Baruchi
Contador
CRC: 1SP206243/O-5
CPF: 008.175.478-78

* * *